



O princípio da esperança

O povo português está a sofrer, actualmente, as consequências do aumento da inflação, com uma subida acentuada dos preços dos bens de primeira necessidade, como a alimentação, a energia e a habitação, sem que os salários ou as pensões acompanhem esse movimento.

Ao mesmo tempo, um país onde serviços prioritários, como a saúde - com milhares de cidadãos sem médico de família e hospitais sem conseguir dar resposta célere às necessidades -, e o ensino - com milhares de professores nas ruas a clamar pela alteração das condições de acesso e permanência na escola pública -, não funcionam devidamente, não pode orgulhar-se do crescimento económico de 6,7% em 2022 ou da diminuição da dívida pública.

A justificação, apresentada pelo governo, de uma pandemia durante dois anos e da existência de uma guerra na Europa há um, guerra essa que está a ser alimentada com o intuito de continuar, em vez de encontrar a via

do diálogo que levaria à paz, não pode nem deve esconder uma política neoliberal que está a «pôr-se a jeito» para entregar aos grandes grupos económicos os sectores essenciais à vida das pessoas, com a depauperação da sua gestão.

Enquanto o poder da comunicação social põe a população a discutir o acessório em vez do essencial, como acontece recorrentemente, medidas como o controlo de preços dos bens e serviços não são executadas. Experiências como a diminuição pura e simples do IVA dizem-nos ter um efeito reduzido noutros países, e que a contrapartida nefasta reside nas grandes empresas a aumentar os lucros e o Estado a perder a receita fiscal.

O mau funcionamento dos sectores da saúde, da educação, de um parque habitacional público, essenciais para uma sociedade democrática que defende a igualdade de oportunidades, é desejado pelos grupos económicos para serem transformados

em negócios lucrativos, nos quais as pessoas valem e são promovidas segundo a sua capacidade financeira.

Dados recentes indicam que «16 países europeus já têm controlo de rendas», que em Portugal o «poder de compra do trabalho (está) estagnado há 20 anos», e que a alternativa não aceite do controlo de preços em sectores cruciais é o controlo de preços por parte das grandes empresas desses sectores.

Quase 50 anos passados sobre o 25 de Abril de 1974, vemos muitos dos principais objectivos da revolução retrocederem. Não podemos permitir que o descontentamento da população seja canalizado para alimentar as forças da direita populista, fascizante, racista e xenófoba.

Os antifascistas portugueses conheceram bem, durante 48 anos, um regime de ditadura política e uma economia gerida pelo grande capital monopolista. Sabem o que é o poder e o capital nas mãos de poucos, e a falta de condições de uma vida digna na grande parte da população.

Os antifascistas portugueses conheceram lutas e greves reprimidas, o analfabetismo, a miséria, o trabalho infantil, o exílio, as prisões, as torturas e até a morte pelos seus ideais de democracia e liberdade.

Os antifascistas portugueses festejaram e apoiaram na rua o 25 de Abril de 1974, a instauração da democracia, o fim dos monopólios, a privatização dos sectores vitais, o fim da guerra colonial.

Os antifascistas portugueses e todos os democratas de hoje não vão deixar que os tempos andem para trás.

Luisa Tito de Morais



URAP JÁ ESTÁ NAS ESCOLAS, CONTACTANDO COM CRIANÇAS E JOVENS SOBRE A LUTA CONTRA O FASCISMO E PELA LIBERDADE - pág. 4

DESFILE NA MARINHA GRANDE EVOCA LUTA DOS VIDREIROS - págs. 6 e 7

ENTREVISTA A RITA RATO, DIRECTORA DO MUSEU DO ALJUBE - págs... 9 a 11

URAP apresenta livros em todo o País

PRESERVAR A MEMÓRIA DE QUEM RESISTIU



A URAP tem vindo a publicar uma série de livros que incidem especialmente na divulgação do nome dos presos políticos do fascismo e das condições prisionais nas cadeias espalhadas pelo país, incluindo a ilha açoriana da Terceira.

O objectivo da URAP é contribuir para preservar a memória dos homens e mulheres que foram presos por lutar pela liberdade e dar a conhecer os espaços onde o arbítrio e a violência sobre eles eram permanentes e, ao mesmo tempo, realçar o seu significado no contexto repressivo do regime fascista.

Destacamos sessões organizadas pela URAP, que decorreram no primeiro trimestre de 2023, para a apresentação dos livros «Elas Estiveram nas Prisões do Fascismo» e «Os Presos e as Prisões Políticas em Angra do Heroísmo».

A obra «Elas Estiveram nas Prisões do Fascismo» foi apresentada no dia 12 de Março no Centro Comunitário de **Santo António dos Cavaleiros**, Loures, numa sessão em que participou Conceição Matos, antiga presa política, e que contou com a actuação do Coro Lopes Graça.

No dia 10, na Biblioteca Municipal Dr. Palma Cactano, na **Vidigueira**, a



apresentação ficou a cargo de Carlos Lopes Pereira, jornalista e membro da URAP, numa iniciativa inserida no âmbito das comemorações municipais do Dia Internacional da Mulher.

Dois dias antes, Marília Villaverde Cabral e José Baguinho, ambos dirigentes da URAP, celebraram o 8 de Março numa iniciativa conjunta com a Câmara Municipal de **Beja**, realizada na Biblioteca Municipal José Saramago, em que este livro esteve em destaque.

Dia 12 de Fevereiro, o Centro Cultural de **Cascais** acolheu uma sessão de apresentação desta obra, integrada no ciclo «Ouvir os Livros», do Clube de Leitura do Estoril. Aberta por Maria Manuel Calvet, a sessão contou com a intervenção de Marília Villaverde Cabral, vice-presidente da Assembleia Geral da URAP, e a actuação do Coro Lopes Graça, perante uma assistência de cerca de uma centena de pessoas.

Na véspera, Carlos Mateus, do Conselho Nacional, apresentou o livro na Biblioteca Municipal de **Alverca do Ribatejo**. Organizada pelo núcleo da URAP de Vila Franca de Xira, onde também foi apresentado o livro sobre os presos e as prisões políticas em Angra do Heroísmo, a



sessão contou ainda com a participação de Maria Manuel Mota e Vítor Torres, ambos do núcleo.

A Junta de Freguesia de **Santa Bárbara de Padrões**, concelho de Castro Verde, acolheu uma sessão no dia 14 de Janeiro, em que participaram o coordenador da URAP, José Pedro Soares, José Baguinho, do Conselho Nacional, e os autarcas Sónia Silvestre e Arsénio Guerreiro, respectivamente presidente e tesoureiro da Junta de Freguesia.

A 16 de Dezembro, o livro foi apresentado na Biblioteca Municipal Vicente Campinas de **Vila Real de Santo António**, numa sessão em que participaram o coordenador da URAP, José Pedro Soares, Amélia Cunha e São Constantino, directora da biblioteca.

Para além deste, foi também apresentado outro livro, «Os Presos e as Prisões Políticas em Angra do Heroísmo». Para lá da já referida sessão em Alverca, onde também esteve em destaque, houve uma sessão na Biblioteca José Saramago, em **Beja**, no dia 31 de Janeiro. Participaram Edgar Costa e José Baguinho, do Conselho Nacional, a convite da Câmara Municipal.

URAP

URAP

Propriedade e edição da
**UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS
PORTUGUESES**

Membro da Federação Internacional de Resistentes

DIRECTORA **ANA PATO**

REDACTORA **LUÍSA TITO DE MORAIS**

PAGINAÇÃO E GRAFISMO **SÓNIA SEMIÃO**

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

**RUA DA BENEFICÊNCIA Nº 239-A, 1600-019 LISBOA •
TELEFONE 213 576 083**

DEPOSITO LEGAL: 357338/18



A URAP participou na manifestação nacional de mulheres, promovida em Lisboa e no Porto pelo MDM



Iniciativas promovidas em Fevereiro pelo CPPC e outras organizações, incluindo a URAP, trouxeram às ruas de várias localidades do País a exigência de «parar a guerra» e «dar uma oportunidade à paz»

URAP organizou ROMAGEM AO MAUSOLEU DOS TARRAFALISTAS

Cláudia Martins, do Conselho Nacional da URAP, intervindo na homenagem anual junto ao Mausoléu dos Tarrafalistas, que decorreu no dia 25 de Fevereiro, revelou que no próximo ano, quando se comemora os 50 anos do 25 de Abril, a cerimónia será antecedida por um desfile popular que levará os participantes ao cemitério do Alto de S. João empunhando cravos e bandeiras.

Cláudia Martins apelou aos activistas da URAP e a todos os democratas para fazerem com que «essa evocação aos tarrafalistas seja também ela um dos momentos marcantes das comemorações populares da Revolução de Abril».

A cerimónia foi apresentada por Edgar Costa, da direcção da URAP, contou com a presença de antifascistas de vários núcleos, a actuação do Coro Lopes Graça, dirigido pelo maestro Alexandre Branco, e foi colocada uma coroa de flores no monumento inaugurado há 45 anos.

Na sua intervenção, Cláudia Martins lembrou a morte dos 32 presos políticos,



«que entre as centenas que o fascismo salazarista enviou para o ‘Campo da Morte Lenta’ no Tarrafal, não resistiram às condições prisionais terríveis e lá terminaram os últimos dias de suas vidas».

«O Campo do Tarrafal, inaugurado em Outubro de 1936, foi inspirado nos campos de concentração nazis, que Hitler nessa altura começava a montar na Alemanha e depois estendeu, como campos de extermínio, por todos os países ocupados pelo exército nazi», disse a oradora, para sublinhar que «no Tarrafal não havia

câmaras de gás, como nos campos de concentração nazis, mas os presos eram submetidos a um regime de morte lenta, e por isso ficou conhecido como o ‘Campo da Morte Lenta’».

O desfile até ao monumento que, no cemitério lisboeta, evoca os que «na longa noite do fascismo foram portadores da chama da liberdade e pela liberdade morreram no Campo de Concentração do Tarrafal» constituiu um momento de afirmação de valores e ideais. E testemunho de que a resistência e a luta continuam.

Fuga de Caxias evocada junto ao monumento aos «LIBERTADOS E LIBERTADORES»

Os 61 anos da grande fuga de Caxias foram evocados, dia 3 de Dezembro, numa cerimónia organizada pela URAP perto do monumento aos «Libertados e Libertadores, junto à Estação da CP de Caxias, Oeiras, com a presença do ex-presos-político Domingos Abrantes, do coordenador da URAP, José Pedro Soares, do presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais, e cerca de centena e meia de democratas.

Domingos Abrantes, o único participante vivo da fuga, descreveu ao pormenor toda a preparação, que durou cerca de um ano, e a sua rápida concretização em pleno dia e a partir do pátio interior do recreio à vista dos guardas. A fuga de Caxias ficou na História como uma importante vitória dos democratas e antifascistas e uma grande derrota para o regime fascista.

Com Domingos Abrantes fugiram ainda os presos políticos e funcionários do PCP José Magro, Francisco Miguel, António Gervásio, Guilherme de Carvalho, Ilídio Esteves, Rolando Verdial e António Tereso, que conduzia o carro blindado que pertenceu a Salazar.

A fuga não teria sido possível sem a colaboração activa deste último, um membro do PCP, motorista da Carris, com conhecimentos mecânicos, que



desempenhou o papel de falso «rachado» e que ganhou a confiança dos carcereiros, da direcção da cadeia e da própria PIDE.

A cerimónia, que contou ainda com a presença de membros da Associação 25 de Abril, iniciou-se com a intervenção de José Pedro Soares que falou sobre a actividade da URAP e agradeceu à Câmara Municipal de Oeiras, na pessoa do presidente, a colaboração e ajuda.

O coordenador da URAP sugeriu a Isaltino Morais a construção, naquele local, de um Memorial com o nome dos cerca de 10.300 presos, homens e mulheres, que passaram pela Cadeia de Caxias entre 1936 e 1974, ao que o presidente da Câmara

anuiu prontamente, comprometendo-se a fazê-lo até aos 50 anos do 25 de Abril.

O presidente da Câmara Municipal de Oeiras usou da palavra para dizer que depois do relato da fuga feito por Domingos Abrantes ninguém pode ficar indiferente à coragem e heroicidade de quem se bateu pela liberdade e pelos seus objectivos, acrescentando que municípios, como o de Oeiras, que têm no seu território um forte onde houve tanto sofrimento tem obrigação de não o deixar esquecer.

A cerimónia terminou com um momento musical, tendo actuado o grupo «Amigos de Abril» e um grupo de coralistas que interpretou o Hino de Caxias.

URAP conversa com 1500 crianças das escolas de Almada

No âmbito da comemoração dos 50 anos da Revolução dos Cravos, 1500 jovens e dezenas de professores de 11 escolas do 1.º ciclo integradas na União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, no concelho de Almada, conversaram com elementos da URAP em sessões e palestras que terminarão com a organização de um concurso sobre o tema, marcado para Abril de 2023.

Estes encontros decorreram entre 6 e 28 de Fevereiro, após visita prévia às escolas, no início de Janeiro, com a apresentação do projecto aos coordenadores escolares. Realizaram-se ao abrigo de um protocolo assinado entre a União de Freguesias e a URAP, no qual esta organização prestará «apoio a actividades que contribuam para o desenvolvimento e a valorização da formação cívica, a memória histórica, para uma cidade mais culta, participativa e informada»

Pela URAP, para além de membros do núcleo de Almada, estiveram presentes 11 oradores, entre os quais o coordenador, José Pedro Soares, ex-presos políticos, dirigentes nacionais e locais, escritores e actores, que têm realizado duas conversas, por dia, em cada escola, com alunos e professores, juntando-se o 1.º e 2.º anos (6/7 anos) e 3.º e 4.º anos (8/9 anos).

Até agora foram contempladas, pela primeira vez, 10 escolas públicas EB1 da União de Freguesias: EB1 n.º 1 da Cova



da Piedade, EB1 da Cova da Piedade, EB1 n.º3 da Cova da Piedade (Caranguejais), EB1 António da Costa, EB1 n.º 1 Pragal, EB1 Rogério Ribeiro, EB1 n.º1 Almada, EB1 Cataventos da Paz, EB1 n.º 2 da Cova da Piedade, EB1 Feliciano Oleiro e, ainda, o Externato Frei Luís de Sousa, onde se juntaram também 20 alunos do secundário.

Os alunos questionaram os oradores sobre temas relacionados com o 25 de Abril, nomeadamente, ditadura, liberdade, Ponte Salazar vs. Ponte 25 de Abril, fascismo, Salazar, pobreza, PIDE, guerra, paz, guerra colonial, Revolução dos Cravos, V da vitória, conquistas do 25 de Abril e sobre como eram as escolas no passado.

Nas sessões foram lidos poemas, contaram-se histórias de pais e avós ou entoaram-se canções como a «Gaivota», de Ermelinda Duarte.

Em simultâneo, a União de Freguesias está a promover um concurso de artes plásticas e composição escrita, que será exposto publicamente a 25 de Abril de 2023, com prémios para os melhores trabalhos. O núcleo de Almada da URAP está associado e participa no júri, ao mesmo tempo que irá oferecer a cada uma das 11 escolas envolvidas quatro livros da colecção «Páginas de Memória», destinados a integrar as Bibliotecas Escolares.

Em escolas de todo o País

As visitas às escolas e o encontro com os jovens estudantes para divulgar o que foi o regime fascista e a construção do Portugal democrático após a Revolução de Abril é outra das principais vertentes do trabalho da URAP.

Dia 7 de Fevereiro, Álvaro Pato, do Conselho Fiscal da URAP e ex-presos políticos, conversou com alunos de duas turmas do 12.º ano na Biblioteca Escolar da Escola Secundária Dr. José Afonso, no **Seixal**, onde comparou a vida de um jovem de hoje com a de um jovem que viveu antes de Abril.

Dia 27 de Janeiro, na Escola Secundária de **Vendas Novas**, distrito de Évora, João Neves e Eulália Miranda, do Conselho Nacional e da Mesa da Assembleia Geral da URAP, respectivamente, falaram a estudantes do 9.º ano sobre «O 25 de Abril e suas Conquistas» e sublinharam a



importância da comemoração dos 50 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974.

Dia 27 de Janeiro, Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, na escola EB 2-3, da **Venda do Pinheiro**, Eugénio Ruivo, coordenador do núcleo de Mafra da URAP, interveio em duas sessões de turmas do 9.º Ano, nas quais foram lidos textos de Anne Frank, a adolescente alemã de origem judaica, morta aos 15 anos.

Almoço convívio em Almada



Quarenta sócios e amigos do núcleo da URAP de Almada participaram num almoço/convívio, dia 16 de Dezembro, na Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, onde foi elencado um conjunto de iniciativas a realizar durante o ano de 2023. Carlos Mateus, do Conselho Directivo da URAP, fez um breve balanço do trabalho realizado pelo núcleo no corrente ano e o enquadramento na actividade geral da organização.

Delegação da URAP visita Parlamento Europeu

Uma delegação da URAP, composta por 52 pessoas, visitou o Parlamento Europeu, em Estrasburgo, entre 5 e 9 de Dezembro, a convite dos deputados do Partido Comunista Português, e deslocou-se ainda a San Sebastian, Bruxelas e ao Forte de Breendonck, um antigo campo de concentração.

Localizado na Bélgica, a cerca de 20 quilómetros a sul de Antuérpia, perto da linha ferroviária que liga Antuérpia a Bruxelas, o forte foi durante a ocupação nazi um campo de concentração, sendo hoje um Museu e Memorial.

Esta fortificação, construída em 1906, foi utilizada pela SS para efectuar o registo, triagem e deportação de prisioneiros. Os primeiros registos de prisioneiros datam de 20 de Setembro de 1940, e pelo menos 3 532 prisioneiros terão por aí passado, muitos dos quais torturados, até Setembro de 1944. A delegação foi acompanhada, nesta notável visita, pelo deputado do PCP João Pimenta Lopes.

A delegação da URAP visitou também o *Parlamentarium*, um museu/exposição que desvirtua a história, dando uma visão política unilateral do processo de integração europeia.



Na recepção à delegação, a deputada Sandra Pereira fez uma resenha do funcionamento do PE e do momento político actual, que tende a reforçar aspectos negativos da política neoliberal, federalista e militarista em todas as instituições da União Europeia, destacando o peso esmagador da Alemanha e França no conjunto das decisões tomadas.

Os deputados comunistas organizaram um jantar, em Bruxelas, para a delegação da URAP, que era constituída por amigos e associados da URAP de Almada, Algarve, Algueirão, Aveiro, Beja, Braga, Cascais, Évora, Lisboa, Mem Martins, Moita, Montemor-o-Novo, Peniche, Porto, Queluz, S. Iria da Azóia, Setúbal, Seixal, Vila Franca de Xira e Viseu.

UMA SEDE PARA A

URAP

CAMPANHA DE FUNDOS

Abril sempre
Memória Resistência e Luta

A URAP precisa de uma sede nova. Para que os sócios e amigos possam trabalhar, para que possam reunir-se, para que possam assistir a colóquios, eventos culturais ou artísticos.

Assim, a URAP está a lançar uma campanha de fundos para adquirir o espaço em Lisboa de que necessita. Pelo que apela aos sócios e amigos para uma contribuição especial, integral ou parcelada, visando atingir a verba necessária para a aquisição da sede.

Os depósitos ou transferência bancária devem ser feitos para o NIB 0036 0344 9910 0030 46198 e o comprovativo enviado para o endereço de correio electrónico da URAP, geral@urap.pt.

Participa! Dá mais força à URAP!

As ruas da Marinha Grande encheram-se para **HOMENAGEAR VIDREIROS E POPULAÇÃO**



A greve geral revolucionária de 18 de Janeiro de 1934 foi assinalada na Marinha Grande com uma manifestação de homenagem aos vidreiros e população da Marinha Grande, organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, em que participaram vários sindicatos, a central sindical CGTP-IN, e a URAP.

O coordenador da URAP, José Pedro Soares, convidado a intervir, lembrou a data como uma das grandes lutas de massas após a consagração do fascismo pela Constituição de 1933, considerando que foi igualmente um incentivo para

outras lutas operárias e de outros trabalhadores que, ao longo dos anos, contribuíram para o 25 de Abril.

José Pedro Soares, que apelou à unidade dos democratas na luta pela paz, sublinhou ainda que 57 pessoas que estiveram na revolta de 18 de Janeiro integravam a primeira leva que inaugurou o Campo de Concentração do Tarrafal, em Outubro de 1936.

Entre os 32 mortos do Tarrafal estão os comunistas da Marinha Grande António Costa e António Guerra, este último comandante da brigada de assalto

ao posto de correios da Marinha Grande. Ainda Francisco da Cruz, que morreu no Forte de Angra do Heroísmo, e Manuel Carvalho, no Hospital de Leiria.

Os membros da URAP fizeram-se transportar em dois autocarros e juntaram-se às centenas de pessoas que se encontravam no cemitério da Marinha Grande, onde se encontram os restos mortais de muitos dos vidreiros que participaram na insurreição, para colocar uma coroa de flores.

O dirigente do Sindicato dos Vidreiros Vladimiro Monteiro, após



referir a presença do presidente da Câmara, Aurélio Ferreira, do presidente da Assembleia Municipal, Carlos Wilson Batista, e de presidentes de várias freguesias do concelho, lamentou a deslocação do Monumento ao Vidreiro, da autoria do escultor Joaquim Correia, da Rotunda do Vidreiro para um novo local, sem consulta prévia ao sindicato.

A este propósito, recordou que o sindicato participou nos custos do monumento e que na sua inauguração estiveram vidreiros que integraram a insurreição de 1934.

A secretária-geral da CGTP- IN, Isabel Camarinha, falou da homenagem anual à luta dos vidreiros a 18 de Janeiro «para que não se esqueça» e referiu que estamos a viver um período em que se tenta branquear o fascismo.

Isabel Camarinha referiu ainda os problemas da actualidade como o custo de vida elevado e os existentes no ensino e na saúde.

A grande repressão que se seguiu ao 18 de Janeiro de 1934, a jornada nacional contra a lei de criação dos sindicatos fascistas (Decreto 23 050 ou «decreto colete de forças»),

que nesta cidade assumiu carácter insurreccional, e o desmantelamento posterior das redes sindicais da Frente Única dão uma importante vitória aos designados «sindicatos nacionais» de Salazar. Da Frente Única faziam parte a CGT (anarquista), a CIS (comunista), a FAO (socialista) a Comissão de Sindicatos Autónomos e a Comissão de Trabalhadores do Estado.

Do programa da visita à Marinha Grande constou ainda um almoço-convívio na colectividade da Garcia e visitas ao Museu do Vidro e ao Núcleo de Arte Contemporânea (NAC) do Museu do Vidro.

AMÍLCAR CABRAL FOI ASSASSINADO HÁ 50 ANOS

Amílcar Cabral, o fundador do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), «grande combatente pela independência africana», foi assassinado em 20 de Janeiro de 1973, em Conacri, em circunstâncias ainda hoje não totalmente claras, antes de ver as duas colónias portuguesas tornarem-se independentes.

Nascido na cidade guineense de Bafatá, em 12 de Setembro de 1924, filho de cabo-verdianos, um dos principais teóricos da luta pela independência de Guiné Bissau e Cabo Verde, está entre os grandes nomes da luta nacionalista africana.

Amílcar Cabral foi escritor e Engenheiro Agrónomo, formado no Instituto Superior de Agronomia (ISA), em Lisboa, onde iniciou a sua actividade académica e política com outros estudantes anticolonialistas em Portugal. Frequentou a Casa dos Estudantes do Império e participou em acções do Movimento de Unidade Democrática (MUD).

Em 1956, Amílcar Cabral fundou o PAIGC, uma organização revolucionária

que, no início da década de 1960, iniciou a luta armada contra o regime colonial, distinguindo sempre o povo do fascismo e colonialismo português, e desenvolveu uma intensa actividade diplomática junto às Nações Unidas.

Internacionalista, cooperou intensamente com os restantes movimentos de libertação nacional das colónias portuguesas – MPLA, FRELIMO e MLSTP – e participou nas principais conferências regionais e mundiais dedicadas aos temas da liquidação do colonialismo e da luta anti-imperialista.

Para Cabral, grande intelectual africano, a educação era a principal arma da libertação. Segundo ele, a libertação nacional seria um processo de grande alcance estratégico porque deveria ultrapassar os marcos da conquista formal da independência.

Apesar da morte do líder, a luta contra o colonialismo prosseguiu, e o PAIGC declarou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau em 24 de Setembro de 1973, reconhecida por vários países nos meses que se seguiram,



sobretudo africanos e do campo socialista. A Assembleia Geral da ONU só admitiria o país como estado-membro um ano depois, a 17 de Setembro de 1974, após a Revolução do 25 de Abril, que concedeu a independência às colónias portuguesas.

A URAP prestou homenagem a Amílcar Cabral numa cerimónia de evocação do líder africano, dia 19 de Janeiro passado, organizada pelo PCP, para a qual foi convidada a estar presente, fazendo-se representar por César Roussado, do Conselho Directivo da URAP, e Marília Villaverde Cabral, vice-presidente da Assembleia Geral.

Na morte de Luís Moita

Um dos últimos presos a ser libertado da cadeia de Caxias, a 27 de Abril de 1974, o sociólogo Luís Moita, militante antifascista e anticolonialista, que pertenceu à Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, morreu dia 28 de Janeiro, aos 83 anos.



Luís Manuel Vítor dos Santos Moita, vice-reitor da Universidade Autónoma de Lisboa e professor catedrático de «Teorias das Relações Internacionais», foi sacerdote católico e um opositor activo contra a guerra e a ditadura, tendo sido preso em Caxias, em 23 de Novembro de 1973, barbaramente torturado com espancamentos e tortura do sono.

Foi um dos protagonistas da vigília da Capela do Rato, em 1972.

Dirigiu, entre 1974 e 1989, o Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), e nestes 15 anos manteve uma grande actividade nos novos países africanos saídos do colonialismo português.

Em 1998 foi condecorado pelo Presidente da República com a Grande Cruz da Ordem da Liberdade, e em 7 de Janeiro de 2005 foi condecorado pelo Presidente da República italiana como Grande Oficial da *Ordine della Stella della Solidarietà Italiana*.

Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto

O Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto celebrou-se a 27 de Janeiro, aniversário da libertação pelo Exército Vermelho soviético do campo de Auschwitz-Birkenau, na Polónia, onde pelo menos 1,1 milhões de pessoas foram exterminadas pelos nazis.

A 27 de Janeiro de 1945, quando os soviéticos entraram em Auschwitz só já libertaram pouco mais de 7 mil prisioneiros, dado que em meados de Janeiro de 1945, quando as forças soviéticas se aproximavam do complexo, os guardas das SS deram início à evacuação.

A URAP presta homenagem às vítimas e apela ao combate contra o semitismo, o racismo, a xenofobia e todas as formas de discriminação.

Entrevista a Rita Rato, directora do Museu do Aljube: «**TODOS OS DIAS CELEBRAMOS O 25 DE ABRIL DE 1974**»



Foto de Diana Tinoco

Rita Rato foi recentemente reconduzida como directora do Museu do Aljube Resistência e Liberdade - instituição da qual a URAP integra o Conselho Consultivo - até final de 2025. Ocupa este cargo desde agosto de 2020.

Natural de Estremoz, licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais, pela Universidade Nova de Lisboa, foi deputada pelo PCP à Assembleia da República entre 2009 e 2019 e criadora de conteúdos pedagógicos na área da Educação para a Cidadania e Desenvolvimento.

URAP: O Aljube funcionou como cadeia destinada a presos políticos entre 1928 e 1965. Em 2015, foi fundado o Museu do Aljube para preservação e construção da memória democrática. Que balanço faz desta actividade?

Rita Rato: A minha experiência e responsabilidade de direcção no Museu do Aljube inicia-se em agosto de 2020 e o balanço que faço da actividade desenvolvida desde então é muito positivo. Quer quanto à partilha de trabalho de preservação da memória democrática já realizado desde 2015 (recolha de testemunhos, por exemplo), quer quanto à continuidade desse objectivo, através da criação do Arquivo

Digital, disponibilizado online desde Abril de 2021, onde estão disponíveis mais de 10.000 documentos; trabalho de desenvolvimento de públicos, sobretudo público geral e escolar; aposta no serviço educativo e trabalho dirigido às escolas.

Quando tomou posse, em 2020, defendeu que se devia abrir o museu a causas que mobilizam as novas gerações e dizem respeito a todos, como a igualdade de género, a defesa do ambiente e o combate ao racismo e a todas as formas de discriminação. Este objectivo tem sido conseguido? De que maneira?

Sem dúvida, e isso deixa-me muito feliz! Muitas das lutas que são hoje travadas, as causas e reivindicações, são «herdeiras» de lutas anteriores, muitas das quais travadas ainda durante o regime fascista. É o caso das lutas estudantis, das lutas das mulheres, das lutas dos trabalhadores e das suas organizações, as lutas anticoloniais e anti-racistas. Ligar as lutas do presente às lutas do passado dá-nos perspectiva e também força, permite compreender que os movimentos de resistência e de participação popular são fundamentais em todos os momentos históricos. Tenho trabalhado essas dimensões através das exposições temporárias, ciclos de conversa,

programação geral do museu, estratégias do serviço educativo. E o retorno dos visitantes tem sido muito positivo.

Considera que em Portugal se tem respeitado a memória histórica ou, pelo contrário, ela tem vindo a ser falseada ou mesmo apagada? Qual tem sido o papel do museu na defesa dessa memória, nomeadamente na formação das novas gerações?

Ainda antes, não sei se existe, sequer, uma consciência alargada sobre o que é «memória histórica» e a importância de a preservar e partilhar. E a ausência dessa consciência é o que mais me preocupa, pois só pode perceber o perigo antidemocrático da sua desvalorização, apagamento, manipulação, quem reconhece a sua importância numa sociedade democrática. Creio que as organizações de memória, como a URAP, têm feito um trabalho inextinguível nesse sentido; alguns investigadores também, noutra dimensão, e outros ainda acumulando esses dois papéis; e algumas autarquias também, e isso é um mérito que lhes deve ser reconhecido. O Museu do Aljube foi criado em 2015 e até então não existia no tecido museológico português com esta missão. Espero que, em 2024, também o Museu de Peniche venha contribuir para esta missão.



Na minha opinião, quanto a este objectivo, as organizações de memória têm um papel insubstituível, os museus e equipamentos culturais públicos também, mas esta é uma responsabilidade transversal, a escola pública pode ser um espaço fundamental de preservação da memória democrática.

É muito importante que os jovens conheçam o que foi a ditadura, e o facto de serem resistentes antifascistas a relatar os acontecimentos desse período na primeira pessoa, de serem testemunhas vivas dessas situações, dá uma dimensão maior à sua narração. Qual a importância que vê nas visitas das escolas ao museu?

A principal constatação é a de que existe um desconhecimento profundo sobre o que foram e o que significaram 48 anos de ditadura em Portugal, e ainda mais sobre o colonialismo português no século XX, nos países que eram antigas colónias. O desconhecimento sobre a dimensão da violência repressiva (punitiva e preventiva), mas também da violência económica e social é muito impressionante. Muitas vezes, a visita ao museu é a primeira confrontação com essa informação, e assim, a visita deve ser mais um ponto de partida e não um ponto de chegada. Muitas escolas continuam, depois, a aprofundar temáticas e linhas de trabalho muito importantes, aliás, essenciais para compreender o valor dos

direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos.

É um dado adquirido que, 49 anos passados sobre a Revolução dos Cravos, há uma deterioração da democracia e tentativas de branqueamento do fascismo. Como vê a mobilização social expressa em manifestações, greves e outras lutas sindicais na defesa dos direitos das populações mais vulneráveis? Em que medida o museu pode contribuir para a defesa da democracia?

Desde logo, a existência de um museu que tem como missão a preservação, construção e partilha de memória democrática e a educação para os direitos humanos é um contributo (diário) para a defesa da democracia. A maioria das pessoas que nos visita não tem ideia de como foram os 48 anos de ditadura fascista e a primeira prática é suscitar interesse e questionar exactamente isso. Quanto ao objecto do museu (memória da resistência à ditadura) e quanto às práticas (trabalho com os diferentes públicos e com níveis de informação diferentes) este lugar de memória pode ser um ponto de partida para a conquista de consciência de conhecer o passado e com isso desencadear inquietação e compromisso democrático.

No museu, ao longo dos três pisos do edifício construído no século XVIII,

pode ser visitada a exposição de longa duração que descreve o que foi o fascismo, a resistência, a vida na cadeia, a luta anticolonial e a Revolução do 25 de Abril. Mas realizam-se também exposições temporárias sobre variados assuntos. Que temas têm privilegiado e qual é o público-alvo?

As exposições temporárias são uma forma de aprofundar temáticas ligadas à exposição de longa duração e dirigidas a um público geral. «Mulheres e Resistência – Novas Cartas Portuguesas e outras lutas», sobre o contributo de tantas mulheres que, com origens e percursos diferentes, inventaram e concretizaram batalhas pelos seus direitos, pela justiça social e pela liberdade; «Ato (DES) colonial» sobre a herança colonial no nosso país, em particular durante o período da ditadura, e para a valorização das experiências de resistência anticolonial; «Adeus Pátria e Família», sobre aborda as dinâmicas e tensões entre a repressão e as resistências de diversidade sexual e de género durante a ditadura e após a Revolução; «Augusta Conchiglia nos Trilhos da Frente Leste – Imagens (e Sons) da Luta de Libertação em Angola»; Vídeo-Instalação artística Kiluanji Kia Henda e Bruno Cabral – «Terra (In) submissa», sobre a «privação de liberdade mais extrema da época colonial e, ao mesmo tempo, a ficção como o derradeiro espaço de resistência».

Em entrevista recente disse mesmo que os números foram «os melhores de sempre no Museu do Aljube» e que pretende trabalhar «para que 2023 seja ainda melhor». Pode-nos adiantar alguma coisa sobre a programação para o corrente ano?

A exposição de longa duração do Museu do Aljube termina no dia 25 de Abril. Em 2023 e 2024 será uma oportunidade para destacar o 25 de Abril e o processo revolucionário, através de várias actividades de programação (exposições, conversas, ciclos de cinema, teatro, música), ligando-o, obviamente, a 48 anos de resistência à ditadura.

Está prevista a continuação da cooperação institucional com a URAP quer nas vistas guiadas ao museu, acompanhadas por ex-presos políticos; quer na ajuda na procura de resistentes antifascistas para recolha testemunhal de depoimentos de vida; quer no uso do auditório do museu para homenagem a antifascistas ou conversas sobre livros? Em que moldes?

A participação de antigos presos políticos, dirigentes e activistas da URAP nas visitas e actividades do Museu é um privilégio! Para o público geral e tantos estudantes que têm a oportunidade de ouvir na primeira pessoa histórias de coragem e resistência, mas também porque todos temos uma dívida de gratidão imensa para com estas mulheres e homens que tanto lutaram pela liberdade, pelo progresso e justiça social!

Em 2024 completam-se 50 anos sobre o 25 de Abril. De que forma o Museu do Aljube vai assinalar a data?

Sinto muitas vezes que todos os dias celebramos o 25 de Abril de 1974, partilhando as histórias da resistência à ditadura e homenageando as mulheres e homens que de forma muito corajosa lutaram, ao longo de 48 tenebrosos anos, pela liberdade. A melhor forma que temos de celebrar os 50 anos do 25 de Abril é fazer o nosso trabalho, diariamente, da melhor forma que nos for possível. Chegando a mais jovens e mais público, a mais escolas e a mais espaços partilhando a memória da resistência à ditadura e da luta pela liberdade.



O Congresso de Aveiro foi há 50 anos

A URAP comemora, dia 1 de Abril, os 50 anos do III Congresso da Oposição Democrática, acontecimento de particular importância na luta contra o fascismo, que reuniu 4000 pessoas no Cine-Teatro Avenida, em Aveiro, onde foram apresentadas cerca de 200 teses e comunicações, muitas das quais colectivas.

O III Congresso da Oposição Democrática, que decorreu entre 4 e 8 de Abril de 1973, uniu várias correntes ideológicas, políticas e democráticas e nele também colaboraram alguns militares que viriam a participar na Revolução de Abril no ano seguinte.

Do programa das comemorações, promovidas pela URAP, constam uma sessão evocativa, às 14h30, no Auditório do Centro de Cultura e Congressos de Aveiro, seguido, às 16h00, por um desfile e homenagem aos democratas de Aveiro.



Quem quiser participar deverá inscrever-se junto da organização

Livro «A Caminho do 25 de Abril»



No dia 1 de Abril, nesta sessão, será lançado o livro «A Caminho do 25 de Abril. 50 Anos. 3.º Congresso da Oposição Democrática. Aveiro Abril 1973». Esta novidade editorial, ao preço de capa de 5 euros, é constituída essencialmente por diversos fac-símiles e 70 testemunhos de intervenientes no 3.º Congresso da Oposição Democrática.

O 3.º congresso foi um acontecimento de particular importância na luta contra o fascismo português, que veio juntar-se à luta de todos os democratas portugueses ao longo dos 48 anos de ditadura, que contribuiu decisivamente para a sua queda e foi um factor de consciencialização para os oficiais das Forças Armadas.

Assembleia Geral da URAP



A URAP realiza a sua Assembleia Geral no próximo dia 27 de Maio, em Lisboa, em local e horário a anunciar. Nela será analisada a actividade recentemente desenvolvida, projectada a intervenção futura e eleitos os novos corpos sociais.

Comemorar Abril em todo o País



A URAP apela à participação nas comemorações populares do 25 de Abril que decorrerão um pouco por todo o País, nomeadamente nos desfiles de Lisboa e do Porto.

Celebrar Abril é lembrar quem resistiu e lutou para que ele fosse possível. É afirmar as suas mais importantes e profundas conquistas e reforçar a determinação em defendê-las e ampliá-las.

Pese embora os ataques desferidos contra Abril e a Constituição que consagra os direitos conquistados, a maioria dos portugueses quer que Abril se cumpra e vai dizê-lo no dia 25 nas manifestações e outros festejos que decorrem para o comemorar, aos quais a URAP se junta. Vamos gritar bem alto: 25 de Abril sempre! Fascismo nunca mais!

WWW.URAP.PT

www.facebook.com/uniaoderesistentesantifascistasportugueses